

Política para as cidades em tempos de guerra

Oriol Nel·lo

(Departament de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona)

A desesperança parece ter-se enraizado nas sociedades europeias. Uma grande parte dos jovens está convencida de que, apesar dos formidáveis progressos em matéria de bem-estar, acesso aos serviços, esperança de vida e educação que os nossos países experimentaram ao longo do último meio século, a sua existência será mais precária do que a dos seus progenitores. Esta situação gera um descontentamento que se expressa, cada vez mais, através do apoio a formações autoritárias e difusão de atitudes políticas xenófobas, racistas e machistas. Além disso, uma parte crescente da população europeia — 72%, segundo dados do Eurobarómetro — manifesta uma profunda preocupação com a proximidade de conflitos armados. No meu entender, estas três questões — os receios associados à precarização das condições de vida, a ascensão de atitudes políticas autoritárias e a ameaça da guerra — encontram-se estreitamente relacionadas.

Gostaria de me centrar aqui no último motivo da desesperança que hoje aflige as nossas cidades: a ameaça da guerra. A conflagração na Ucrânia veio pôr termo a um longo período de sete décadas sem conflitos armados internacionais abertos na Europa. Um período durante o qual a memória da catástrofe das duas guerras mundiais, o avanço da integração europeia e a consciência do carácter irreversível de um confronto nuclear pareciam constituir um antídoto contra a possibilidade de conflagrações armadas de grande dimensão no continente europeu. É certo que a existência de numerosas guerras como as do Afeganistão, da Chechénia, do Iraque, do Sudão e do Congo, para citar apenas algumas, bem como a terrível guerra civil jugoslava da década de 1990, já advertiam para a fragilidade da paz. Hoje, a miragem de uma paz permanente na Europa — uma espécie de paz perpétua kantiana — desfez-se, não apenas perante a eclosão da guerra na Ucrânia, mas também a proximidade do conflito no Médio Oriente, o genocídio em Gaza, a destruição da Síria, a invasão do Líbano e a guerra com o Irão.

Neste contexto, considero que os urbanistas e os estudiosos das cidades têm a obrigação — académica, cívica e política — de procurar responder a duas questões: por um lado, sobre as consequências dos conflitos armados atuais para as cidades e, por outro, a propósito da incidência que podem ter sobre esses conflitos a política e as políticas urbanas. Como se verá, o meu argumento principal é que as guerras assumem hoje, em muitos casos, um carácter eminentemente urbano e que é nas cidades que se encontram alguns dos principais instrumentos para atenuar os efeitos das guerras presentes e evitar guerras futuras.

Por isso sim, é nas cidades que está a esperança. Neste caso, a esperança na paz.

1. A lógica militar, política e simbólica do urbicídio

A guerra, tal como o conjunto da nossa sociedade, tornou-se urbana. As imagens da destruição de Gaza, dos bombardeamentos de Teerão, Beirute, Kiev e Mariúpol confirmam de forma avassaladora esta afirmação. Há já alguns anos, Stephen Graham explicou as razões pelas quais os conflitos bélicos se concentram cada vez mais nas áreas urbanas: estas constituem os nós de comunicação, os motores da economia e o local de residência da maior parte da população. Longe vão os tempos em que os exércitos se enfrentavam em campo aberto, como numa justa ou num torneio.

Recentemente, temos visto repetidamente como, mais do que serem conquistadas, as cidades são destruídas, aniquiladas. Assim, os nomes de Grozny, Aleppo, Gaza ou Mariúpol vieram juntar-se aos de Dresden, Le Havre, Hiroshima ou Guernica. A destruição da cidade, em vez de constituir um «efeito colateral» do conflito armado, transformou-se num dos seus principais objetivos.

A lógica deste tipo de ações, dizem-nos os especialistas, responde a diversas causas. Em primeiro lugar, o custo do combate no interior da cidade revela-se extraordinariamente elevado e dissuasor para os exércitos atacantes, como os cercos de Sarajevo ou de Kiev demonstraram. Perante estas dificuldades, a aniquilação do espaço construído através de bombardeamentos pode parecer uma alternativa adequada. A disponibilidade de novos meios particularmente sofisticados, como mísseis de alta precisão ou drones guiados à distância, facilita enormemente a destruição de instalações militares, centros de produção e infraestruturas básicas, enfraquecendo a capacidade de resposta do inimigo e criando as condições para a ocupação do território.

A destruição de determinados elementos urbanos visa igualmente tornar impossível a vida das populações civis nas cidades. Constituem disso um exemplo eloquente os ataques sistemáticos às infraestruturas energéticas da Ucrânia, que provocaram graves interrupções no fornecimento de eletricidade e aquecimento à sua população durante o inverno. Do mesmo modo, o bombardeamento de hospitais, escolas e outras infraestruturas sociais a que assistimos durante o genocídio em Gaza, longe de constituir uma consequência indesejada das hostilidades, configurou um objetivo definido e organizado. A demolição de todas as povoações do Sul do Líbano visa igualmente a criação de uma área onde seja impossível viver, uma *buffer zone*, para utilizar as palavras, pretensamente assépticas, do ministro da Defesa israelita. Com efeito, segundo dados das Nações Unidas, os bombardeamentos e entrada da máquina de guerra provocaram o deslocamento de mais de um milhão de pessoas só entre fevereiro e março de 2026.

Mas há mais do que isso. A destruição das cidades possui frequentemente também uma componente simbólica, programática. O colapso da ponte de Mostar durante a guerra

da Bósnia, ou a demolição de habitações da população palestina nos territórios ocupados por Israel, não respondem tanto a necessidades bélicas quanto à destruição deliberada de elementos físicos que simbolizam e tornam possível a vida de comunidades inteiras. Trata-se do que foi designado por «urbicídio», um termo cunhado nos anos sessenta nos Estados Unidos para descrever a transformação da cidade em benefício do automóvel privado e que acabou por ser utilizado sobretudo em referência às destruições associadas aos conflitos armados.

Martin Coward abordou as razões e as consequências desta estratégia devastadora em *Urbicide: The Politics of Urban Destruction*. Nesta obra, cita as palavras com que a escritora croata Slavenka Drakulić exprimia a sua desolação perante a destruição da ponte de Mostar: todos damos por adquirido que morreremos, mas as pontes (ou as cidades, ou as paisagens) foram construídas para nos sobreviver; transcendem o nosso destino individual; a sua destruição não representa a morte de um de nós, mas de todos nós.

O urbicídio pode ser considerado, portanto, uma forma específica de violência política. Nos conflitos que procuram opor as populações em função da origem ou da língua, concretiza-se frequentemente na destruição do meio edificado que favorece a vida em comum. Mariúpol, destruída duas vezes em menos de um século — durante a Segunda Guerra Mundial e em 2022 — constitui um exemplo trágico. Em 2014, a cidade contava com 478.000 habitantes, as comunidades ucraniana e russa tinham aproximadamente o mesmo peso demográfico e existia também uma presença significativa de gregos. Antes da Segunda Guerra Mundial, a cidade acolhia também uma importante comunidade judaica, como explica Natascha Wodin em *A Minha Mãe Era de Mariúpol*, onde narra a vida de uma mulher nascida na cidade e levada para a Alemanha como trabalhadora forçada durante o conflito. Os mais recentes combates não causaram apenas milhares de mortes irreparáveis; aniquilaram também o espaço construído que sustentava esta diversidade.

O carácter simbólico e performativo da destruição das cidades confirma-se igualmente na vontade de aniquilar a sua memória. Não se trata apenas de fazer desaparecer fisicamente habitações e estabelecimentos comerciais, ruas e praças, hospitais e escolas, mas de os arrancar da memória, apagá-los literalmente do mapa. Um exemplo disso é o desaparecimento das referências aos assentamentos palestinianos e da toponímia árabe nos mapas de Israel e dos territórios ocupados. O *Atlas of Palestine (1917–1966)*, elaborado em Londres pela *Palestine Land Society*, procura preservar, com meios muito limitados, esta supressão da memória histórica. A escritora Adania Shibli, em *Minor Detail*, mostrou os efeitos trágicos desta espoliação cultural.

A destruição física e simbólica da cidade atinge a sua expressão máxima no desaparecimento do património: dos bens comuns, como os monumentos e os espaços

de culto; dos elementos emblemáticos, como a ponte de Mostar; mas também dos modestos haveres das pessoas e das famílias. Mikhail Bulgákov, nascido em Kiev, romanceou as vicissitudes de uma família da cidade, os Turbin, durante a guerra civil ucraniana de 1918-1919. Nesse conflito — que opôs não apenas os bolcheviques e os exércitos brancos, mas também diversas forças nacionalistas e os Estados vizinhos — a cidade foi conquistada por diferentes exércitos mais de uma dezena de vezes. O escritor descreve detalhadamente o enxoval que a mãe, ao morrer, deixara aos filhos: «os azulejos, os velhos móveis de veludo vermelho, as camas com esferas brilhantes, os tapetes gastos, garridos e carmesins, [...] as chávenas douradas, a prata, os retratos, as cortinas e os sete quartos poeirentos e cheios de coisas onde os jovens Turbin tinham crescido».

Ao contemplar as casas destruídas pelas bombas nas cidades ucranianas, palestianas, libanesas, sírias ou iranianas, esta passagem regressa à memória vezes sem conta. A destruição das habitações representa de forma particularmente evidente as vidas devastadas, não apenas pela morte daqueles que nelas habitavam, mas também pelo desaparecimento dos objetos que, com esforço e esperança, uma família reuniu ao longo de toda uma existência.

A destruição da cidade prossegue o mesmo objetivo, mas numa escala maior, avassaladora. Significa a aniquilação dos bens comuns, do património coletivo construído ao longo de séculos, da base física que poderia tornar possível a vida em comum. Por estas razões, o urbicídio, longe de constituir um simples dano colateral ou mesmo um objetivo de guerra é um crime particularmente execrável, vistas as suas consequências sociais e culturais que vão além da imperdoável morte de pessoas indefesas.

2. A destruição da cidade como oportunidade de negócio

Não se deve esquecer, contudo, que a destruição da cidade pode ser a oportunidade para um negócio formidável. Não me refiro apenas ao comércio de armas e à despesa militar que, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, ultrapassou os 2,7 biliões de dólares em 2024, cerca de 2% do PIB mundial. Refiro-me antes às ligações entre o urbicídio e a «destruição criativa» do espaço urbano e do ambiente construído que, segundo David Harvey, se revela essencial para a circulação e expansão do capital.

A noção proposta pelo geógrafo britânico é bem conhecida. Retoma a ideia de Marx segundo a qual a economia capitalista está periodicamente exposta a crises de sobreacumulação, nas quais os lucros gerados pelo processo produtivo produzem um excedente de capital sem possibilidades de investimento nessa mesma esfera. Como o

capital necessita de ser continuamente reinvestido para se valorizar, recorre ao que Harvey designou por *spatial fix* (ou ajuste espacial). Esta pode concretizar-se quer através da expansão geográfica para novos territórios e novos mercados, quer mediante o investimento em infraestruturas, habitação e urbanização. Neste último caso, o investimento urbano — o chamado «circuito secundário de acumulação» — atuaria como escape para o excedente de capital, absorvendo grandes volumes de investimento no ambiente construído.

Todavia, este recurso acaba por se converter, ao fim de algum tempo, num obstáculo, devido à rigidez do espaço construído e à dificuldade de o expandir indefinidamente. É então que, segundo Harvey, entra em ação o princípio da «destruição criativa»: a desvalorização, o abandono ou a destruição de edifícios e bairros, mesmo quando estes não são propriamente obsoletos, com o objetivo de os substituir por outros mais rentáveis, capazes de absorver novos volumes de investimento. Neste sentido, a destruição do ambiente construído não seria accidental, mas inerente ao sistema económico, assumindo um certo carácter cíclico: investimento em capital fixo urbano, saturação, queda da rentabilidade, desvalorização ou destruição do capital fixo e novo investimento.

É tentador ver na destruição das cidades pela ação bélica um caso extremo da «destruição criativa» descrita por Harvey. No entanto, seria um erro proceder a uma simples transposição mecânica da esfera económica para o domínio da violência física. Para Harvey, a destruição criativa constitui um mecanismo estrutural e permanente do capitalismo, cuja finalidade principal consiste em restaurar a rentabilidade do capital. Pelo contrário, o urbicídio é um fenómeno relativamente excecional que pode responder, como vimos, a objetivos de carácter militar, político e simbólico e não procura — pelo menos de forma imediata — a valorização do capital. Assim, nem toda a destruição provocada pela guerra pode ser interpretada como um exercício de «destruição criativa».

Ainda assim, os pontos de contacto entre a ação bélica e a esfera económica são, em muitos casos, inegáveis. A guerra destrói capital fixo — habitações, redes urbanas, espaços produtivos — acumulado ao longo de décadas e, em determinadas circunstâncias, permite novas etapas de acumulação. Estas assumem frequentemente a forma de planos de reconstrução, que implicam investimentos maciços de capital, com a entrada de fundos internacionais, provenientes em muitos casos das potências vencedoras, destinados à construção de infraestruturas, quase sempre com a reconfiguração radical do espaço urbano. Além disso, a situação pós-bélica, marcada pela subordinação da população derrotada, facilita os processos de «acumulação por despossessão», de que Harvey também falou, isto é, a privatização de bens comuns e a expropriação de ativos (terras, recursos energéticos, imóveis). O plano do presidente Donald Trump para a «reconstrução» de Gaza, com a sua transformação na «Riviera do

Médio Oriente» — uma espécie de *resort* turístico internacional após o genocídio em que morreram cerca de 70.000 pessoas — constitui um exemplo, grotesco pela sua própria desfaçatez, da utilização da tragédia bélica para fins de despossessão e enriquecimento.

Também não se deve esquecer que a questão da reconstrução coloca dilemas de natureza urbanística, sobre os quais não nos podemos alongar aqui. Hans Magnus Enzensberger resumiu-os com clareza em *Europa em Ruínas*, em que aborda a situação das cidades europeias no final da Segunda Guerra Mundial. Alguns defendiam que as cidades deveriam ser reconstruídas tal como tinham sido, *à l'identique*, para utilizar a fórmula da legislação francesa da época. Foi esta a opção seguida em Varsóvia, onde se procurou recriar, por vezes até ao mais ínfimo detalhe, as construções preexistentes. Outros, pelo contrário, entendiam que se deveria aproveitar a oportunidade para remodelar completamente a cidade, construindo sobre um «terreno limpo», tal como desejava Le Corbusier. Este foi o caminho seguido na reconstrução de Le Havre, segundo o plano de Auguste Perret, ou em Roterdão, concebida por Cornelis van Traa. Infelizmente, muitas cidades terão hoje de enfrentar novamente estes mesmos dilemas.

3. Enfrentar as causas e as consequências da guerra a partir das cidades

Até aqui explorámos, de forma sucinta, as implicações — militares, políticas, simbólicas e económicas — da destruição das cidades em tempos de guerra. Estas não são, evidentemente, as únicas consequências da situação bélica para as nossas urbes. Mesmo aquelas que não se encontram diretamente expostas aos estragos do conflito veem as suas condições de vida e os seus horizontes políticos transformados: estabelecem-se novas prioridades para a despesa pública, limitam-se os avanços sociais e, em muitas ocasiões, ganham terreno as forças políticas favoráveis à restrição dos direitos e das liberdades públicas, em nome da segurança. A guerra, como ameaça ou como realidade, altera radicalmente a vida das cidades. Gostaria, para concluir, de apresentar algumas reflexões sobre aquilo que podemos fazer a partir delas para procurar atenuar os efeitos das guerras e evitar a sua proliferação.

Para isso, importa partir de duas premissas. Em primeiro lugar, devemos ter presente que as cidades não são sujeitos políticos homogéneos. Pelo contrário, acolhem no seu interior grupos sociais com interesses opostos, frequentemente contraditórios. A posição que cada cidade adote — perante a guerra ou qualquer outra questão — dependerá, portanto, da correlação de forças entre esses diversos grupos e interesses. Em segundo lugar, devemos reconhecer que, num mundo dominado pelas relações entre Estados e, cada vez mais, pelos interesses das grandes corporações económicas e tecnológicas, a capacidade das políticas locais é mais limitada. Ainda assim, a política e

as políticas desenvolvidas nas cidades possuem a capacidade de influenciar e mediar tanto as causas como as consequências dos conflitos.

Recentemente tive ocasião de manter uma longa conversa, para *Fondamenta*, a revista teórica da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*, com Ada Colau. Ao fazer o balanço dos seus oito anos de mandato como presidente da Câmara Municipal de Barcelona, perguntei-lhe sobre as políticas que tinha promovido na minha cidade. Poder-se-ia esperar, como contestação, uma longa enumeração de realizações, mas a sua resposta foi bastante diferente: «Creio que conseguimos mudar a agenda política. Foi isso, essencialmente, o que fizemos, com todos os acertos e todos os erros. Talvez não tenhamos conseguido fazer tudo o que gostaríamos. Mas mudámos a agenda, colocando temas diferentes como prioridades da cidade. Isso é reconhecido por todos, até pelos nossos detratores.» Assim, num contexto em que os poderes locais se têm preocupado sobretudo com a atração de investimentos, as infraestruturas e as operações imobiliárias, a autarca reivindicava ter colocado em primeiro plano os problemas que afetam mais urgentemente a maioria da população: o acesso à habitação, a pobreza energética, o espaço público, a mobilidade e os serviços. «É verdade que talvez não possas resolver a regulação dos fundos de investimento à escala global porque isso não está nas mãos da cidade», explicava, «mas podes tornar visível o conflito, posicionar-te, evidenciar quem são os adversários e, desse modo, mudar a agenda política».

Segundo Colau, a experiência de Barcelona encerra uma segunda lição: a possibilidade de alargar os limites do possível. Demonstrar, através dos factos, que as políticas urbanas transformadoras destinadas a melhorar as condições de vida da cidadania — no acesso à habitação, no combate à pobreza ou na regulação do turismo, por exemplo — são viáveis: «Assim, pode demonstrar-se à escala local que coisas que nos dizem ser impossíveis são, afinal, possíveis. Se o conseguimos fazer numa cidade, evidentemente também o podemos fazer numa região, num Estado ou no mundo.»

Poderíamos, sem dúvida, discutir a viabilidade de estender a outros contextos e a outras escalas os êxitos alcançados em cada cidade. Mas o que importa sublinhar aqui é a capacidade da política urbana para alterar a agenda e o seu potencial para melhorar as condições de vida da população. Na situação atual — caracterizada pela propensão para o conflito bélico e pela imposição de prioridades contrárias aos interesses da maioria da população — esta capacidade de iniciativa a partir das cidades revela-se, a meu ver, crucial. Por um lado, as políticas urbanas podem constituir um dique de contenção face àqueles que — sob o pretexto da guerra ou de qualquer outro argumento — pretendem fazer recuar os direitos e as liberdades para que as elites globais possam continuar a acumular ainda mais riqueza e mais poder. Por outro lado, as cidades podem desenvolver projetos sociais transformadores que refutem, na prática, a desesperança

da população e os corolários políticos autoritários que dela decorrem. Isto é, podem conseguir que a desesperança mude de campo.

A partir das nossas cidades, pode fazer-se ainda mais do que isso: podem estabelecer-se laços de solidariedade com aqueles que sofrem diretamente os efeitos da guerra e tecer redes destinadas a evitar a sua expansão. E, nesta tarefa, a ação da sociedade civil é tão ou mais importante do que a das próprias instituições locais.

No dia 15 de fevereiro de 2003, perante a iminência da guerra do Iraque, milhões de pessoas manifestaram-se em numerosas cidades do planeta sob o lema «Não à guerra!». Essas manifestações tinham como antecedente os movimentos contra a guerra do Vietname, nas décadas de 1960 e 1970, e encontraram continuidade nos protestos contra a invasão da Ucrânia, a ofensiva em Gaza e a atual guerra do Golfo Pérsico, para citar apenas os exemplos mais relevantes. Calcula-se que as mobilizações de 2003 tenham envolvido 36 milhões de pessoas em todo o mundo entre janeiro e abril desse ano. A capital catalã desempenhou um papel importante nesse movimento, ao ponto de o presidente norte-americano George W. Bush ter alegadamente exclamado que «a política externa dos Estados Unidos não pode ser determinada pelos manifestantes de Barcelona». Mas, digam o que disserem os governantes, a verdade é que a atuação de cada Estado perante os conflitos bélicos se encontra diretamente condicionada, em maior ou menor grau, pela mobilização da população nas cidades, como o demonstra o posicionamento dos governos europeus perante a crise do Irão.

O principal inimigo desta capacidade de mobilização das cidades encontra-se, naturalmente, nos fundamentalismos religiosos de toda a espécie e no nacionalismo. Perante estas pulsões, importa recordar a lição que Jean Jaurès pregou até ao seu assassinato, na sua oposição à guerra de 1914: acima da identidade nacional, acima das bandeiras que as elites empunham em defesa dos seus interesses, deve prevalecer a solidariedade entre os grupos sociais que ocupam uma posição subalterna em cada um dos países envolvidos no conflito. Porque serão eles, em última análise, a suportar os custos da guerra. Foi isso que Bertolt Brecht explicou com cristalina clareza no seu *Catecismo Alemão de Guerra*:

«No fim da última houve vencedores e vencidos.

Entre os vencidos, o povo passava fome.

Entre os vencedores, o povo passava fome também.»

Além de se mobilizarem para tentar evitar a guerra e protestar contra ela, as cidades podem estabelecer laços de solidariedade com aqueles que sofrem diretamente os seus efeitos devastadores. Durante o cerco de Sarajevo, que se prolongou por 1.425 dias, Pasqual Maragall, na altura presidente da Câmara Municipal de Barcelona deslocou-se à capital bósnia e declarou-a simbolicamente «Distrito de Barcelona». Assim, durante

muito tempo, Sarajevo foi considerada o «Distrito 11» da minha cidade e os orçamentos municipais passaram a incluir verbas destinadas a responder às necessidades da população cercada. Dir-se-á que se tratou de uma medida simbólicas mas quem visitar Sarajevo poderá ver, nas proximidades do aeroporto, o bairro reabilitado graças a esses apoios e falar com pessoas que, três décadas depois, ainda recordam que essa solidariedade foi um raio de esperança do maior significado.

O mesmo se pode dizer das ações em favor do acolhimento de refugiados. Para dar outro exemplo, durante a crise síria de 2014, a ação coordenada de diversas cidades europeias agrupadas no movimento *Fearless Cities* revelou-se decisiva perante as reticências dos governos da maioria dos Estados europeus.

Por fim, uma visão não ingénua do movimento pela paz deve necessariamente implicar a defesa da legalidade internacional e das instâncias supranacionais de cooperação e mediação. No meu entender, para que essa defesa seja eficaz, deve incluir uma reflexão sobre a capacidade de intervenção das cidades nas instituições internacionais. A maior parte da população mundial vive em cidades; é nelas que se produzem as principais inovações e nelas residem os grupos sociais com maior capacidade transformadora. É absurdo que os governos urbanos, que representam essa população, não disponham de maiores possibilidades de fazer ouvir a sua voz nos fóruns internacionais. Para tal, será necessário reforçar o papel do Comité das Regiões da Europa e dar voz aos governos locais no âmbito de umas Nações Unidas renovadas e fortalecidas, tal como propôs a United Cities and Local Governments.

Em 1948, pouco depois do fim de um conflito tão devastador como a Segunda Guerra Mundial, o jornalista E. B. White escreveu uma evocação da sua cidade de Nova Iorque:

«A mudança mais subtil que Nova Iorque experimentou é algo de que as pessoas não falam muito, mas que está presente na imaginação de todos. A cidade (...) tornou-se vulnerável. Uma esquadrilha de aviões pouco maior do que um bando de patos poderia rapidamente pôr fim a esta ilha de fantasia, incendiar as torres, derrubar as pontes, transformar os túneis do metropolitano em recintos mortais e incinerar milhões (...). Todos os habitantes das cidades têm de conviver com a evidência obstinada da aniquilação. (...) Ao longo do East River (...), como numa corrida contra o voo espectral dos aviões, os homens constroem a sede permanente das Nações Unidas (...). Esta corrida — a corrida entre os aviões destruidores e o combativo parlamento da Humanidade — está na imaginação de todos. A cidade ilustra, afinal, na perfeição, tanto o dilema universal como a solução geral: este paradoxo de aço e pedra é simultaneamente o alvo perfeito e a demonstração perfeita da não-violência.»

Que sejam as nossas torres, as torres das cidades solidárias e cheias de esperança, aquelas que prevaleçam.

Obras citadas

- ABU-SITTA, Salman H.(2011). *Atlas of Palestine 1917- 1966*. London: Palestine Land Society.
- BRECHT, Bertolt (1937). *Kriegsfibel*. Berlin: Eulenspiegel Verlag, 1955.
- BULGÁKOV, Mikhail (1924). *Belaya gvardiya* [Trad. Espanyola: *La guardia blanca*. Madrid: Traficantes de Sueños].
- COLAU, Ada (2026). “Il futuro della sinistra europea: smettere di leccarsi le ferite e costruire un progetto collettivo”, *Fondamenta 1* [diálogo con Oriol Nel·lo]
- COWARD, Martin (2009). *Urbice. The politics of Urban Destruction*. New York: Routledge.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus (1990). *Europa in Trümmern. Augenzeugenberichte aus den Jahren 1944 bis 1948*. Frankfurt am Main: Eichborn Verlag.
- HARVEY, David (1981). “The urban process under capitalism: a framework for analysis”. In Michael Dear & Allen Scott, *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*. New York: Routledge,
- HARVEY, David (2007). “Neoliberalism as Creative Destruction”. The Annals of the American Academy of Political and Social Science. Vol. 610,
- GRAHAM, Stephen (2011). *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London: Verso.
- SHIBLI, Adania (2017). *Tafṣīl Tānawī*. [Trad. Española: *Un detalle menor*. Madrid: Hoja de Lata Editorial, 2019].
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2026). *SIPRI Military Expenditure Database*. <https://www.sipri.org/databases/milex>
- WHITE, E.B. (1949) *Here is New York*. NY: Harper & Bros.
- WODIN, Natacha (2017). *Sie kam aus Mariupol*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Buchverlag.